

Instituto Cem

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Instituto CEM é uma associação civil sem fins lucrativos com sede em Goiânia-GO, que tem por atividade preponderante o desenvolvimento de atividades de apoio à gestão de saúde, fundada em 2010 com o objetivo principal de oferecer gestão administrativa para hospitais de responsabilidade da União.

Imunidade tributária

O Instituto CEM é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

Forma jurídica conforme legislação vigente

O Instituto CEM é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo Estatuto social que contempla os artigos 44 ao 61 do Código Civil.

Características da imunidade

O Instituto Cem é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há fato gerador (origem da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

Requisitos para imunidade tributária

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN). 9 O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Instituto CEM e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos

a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.41 do Estatuto Social);

b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art.42 do Estatuto Social);

c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. NOTA 19 – ISENÇÃO TRIBUTÁRIA AO INSTITUTO CEM - é isenta à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei No. 9.532/97, Lei No. 11.096/06 e Lei No. 12.101/09 e Decreto 7.237/10
NOTA 20 – CARACTERÍSTICA DA ISENÇÃO AO INSTITUTO CEM é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei No. 9.532/97 e artigo 1º da Lei No. 12.101/09, e por isso é reconhecida como Entidade de Gestão de Saúde (isento), no qual usufrui das seguintes características:

- a Instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contrapartida);
- existe o fato gerador (origem da obrigação tributária), mas a Instituto CEM é dispensada de pagar o tributo;
- há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

Requisitos para manutenção da isenção tributária ao Instituto Cem

É uma entidade DE GESTÃO DE SAÚDE e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei No. 12.101/09, cumpri os seguintes requisitos: ESTATUTÁRIOS

- não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- aplicar suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- não distribuir resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas;
- possuir certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- manter sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- conservar em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- cumprir as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- elaborar as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil definidas na ITG 2002 e na NBCT nº 1000 do Conselho Federal de Contabilidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, exige que a Administração aplique julgamento na aplicação das práticas contábeis e utilize estimativas e premissas para determinar os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Faz parte inerente de qualquer processo de estimativa ocorrer diferenças entre os valores estimados e os valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e nos períodos futuros afetados.

As informações sobre premissas e incertezas associadas às estimativas e julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas notas explicativas.

e. Data de aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 09 de fevereiro de 2022.

3 Principais práticas contábeis

O Instituto aplicou de forma adequada as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento de receitas

O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas Gestão de Saúde são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato – valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluam e assim possam ser confiavelmente mensurados.

(i) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

b. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, adiantamento a fornecedores, outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, fornecedores, adiantamentos de clientes e outras obrigações, que são avaliados com base no custo amortizado. Os critérios de avaliação atendem às Seções 11 e 12 da NBCT 1000 (R1) – Contabilidade para pequenas e médias empresas.

a. Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pelo Instituto na gestão das obrigações de curto prazo.

b. Contas a receber

As contas a receber estão registradas conforme provisão de repasse pré-determinado pela Secretaria de Saúde do Estado de Goiás. Sendo devidamente reconhecido no momento do recebimento das verbas em cumprimento do contrato. A parte contratual ainda não recebida no contrato está devidamente registrada em uma conta transitória para fins de reconhecimento do montante da verba a ser aplicada em todo contrato de gestão.

c. Estoques

Os estoques foram implantados de acordo com histórico da antecessora, com contagem efetiva somente no início de cada policlínica e hospital. Durante todos os meses o estoque é contado e consolidado de acordo com o sistema MV. Estoque de terceiros com medicamentos de alto custo, para distribuição nas policlínicas.

(i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do estoque são mensurados pelo método UEPS (último a entrar, primeiro a sair), que consiste em considerar o último valor da mercadoria para cálculo do custo.

d. Imobilizado

Os valores implantados a partir do histórico da antecessora, com contagem efetiva de acordo com o início de cada policlínica e hospital. Ativos adquiridos dentro da evolução do contrato, conforme estabelecido na cláusula segunda – das obrigações e responsabilidade do parceiro privado - 2.6 – ...” *patrimonialização pública dos bens móveis e imóveis, adquiridos com recurso de gestão pública.*”

Todos os bens adquiridos foram reclassificados para o Ativo Imobilizado composto em contas de compensação, conforme definido pela norma estabelecida pela Secretaria de Saúde de Goiás.

(ii) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e de qualquer perda não recuperável acumuladas (impairment), quando aplicável.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

e. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g. Provisão para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa;) Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados;) Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pelo Instituto na gestão das obrigações de curto prazo.

	2021	2020
Caixa	0	0
Banco conta movimento	2.615.545,96	3.395.845,96
Aplicações financeiras (i)	14.869.138,54	1.545.777,29
Total	17.484.684,50	4.941.623,25

5 Contas a receber

Política contábil – as contas a receber estão registradas conforme provisão de repasse pré-determinado pela Secretaria de Saúde do Estado de Goiás. Sendo devidamente reconhecido no momento do recebimento das verbas em cumprimento do contrato.

O contrato de gestão do Hospital Estadual de Jaraguá deu início em 01/2021 com valor de R\$4.112.505,70 com um recebimento de despacho Nº 579/2021, em 03/2021 iniciou o contrato de gestão Nº 06/2021 com o valor de R\$13.218.768,78 finalizando em 19/09/2021. Em 10/2021 iniciou 2º termo aditivo contrato 06/2021 no valor R\$16.076.651,46 referente prorrogação do contrato.

	2021	2020
Contrato de gestão 63/2018 Prefeitura de Ribeirão Pires	2.737.834,41	2.737.834,41
Contrato de gestão 107/2018 Hutrin	1.526.098,69	2.385.625,47
Contrato de gestão 51/2020 e recurso hemodiálise Posse	43.214.220,48	61.073.995,62
Contrato de gestão 65/2020 Goianésia	57.055.165,09	0
Contrato de gestão 06/2021 Aditivo contrato e repasse complementar COVID 03/2021	11.202.209,10	0
Contrato de gestão 01/2021 Quirinópolis	59.878.593,49	0
Subtotal	175.614.121,26	66.197.455,50

6 Estoques

Política contábil – Os estoques foram implantados de acordo com histórico da antecessora, com contagem efetiva somente no início de cada policlínica e hospital. Durante todos os meses o estoque é contado e consolidado de acordo com o sistema MV. Estoque de terceiros com medicamentos de alto custo, para distribuição nas policlínicas.

	2021	2020
Estoque de medicamentos	302.361,12	34.767,22
Estoque de almoxarifado	175.638,08	32.657,01
Outros estoques	676.781,60	93.173,07
Estoque de terceiros	598.862,00	0
Total	1.753.642,80	160.597,30

7 Adiantamentos a fornecedores e colaboradores

Política contábil – o saldo aplicado em adiantamento a fornecedores se dá por pagamento em duplicidade ao fornecedor, o valor será abatido em compras futuras.

O saldo aplicado em adiantamento a funcionários refere-se adiantamento de férias.

	2021	2020
Adiantamento a funcionários	6.167,15	0
Adiantamento a fornecedores	20.736,03	4,70
Total	26.903,18	4,70

8 Imobilizado com restrição

Política contábil: Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Os valores implantados a partir do histórico da antecessora, com contagem efetiva de acordo com o início de cada policlínica e hospital. Ativos adquiridos dentro da evolução do contrato, foram devidamente lançados em conta específica de imobilizado adquirido.

Imobilizado em andamento refere-se à construção da Hemodiálise nas policlínicas.

8.1 Reclassificação de imobilizado com restrição

A conta de Imobilizado em Andamento foi reclassificada, retirada de Ativo Não Circulante e incluída em Ativo Compensado, o valor total transferido foi de R\$ 3.204.696,60.

As aquisições de bens, móveis e imóveis adquiridos com recursos oriundos do contrato de gestão devem ser reconhecidos como Ativo Compensado, visto que esses imobilizados são de posse da Secretaria da Saúde.

a. Composição imobilizado com restrição

	2021	2020
Descrição	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	21.661.864,46	6.169.364,04
Móveis e utensílios	2.391.644,53	1.406.332,31
Instalações	20.022,93	5.120,63
Veículos	295.860,04	0
Equipamentos de informática	709.868,00	466.844,40
Imobilizações em andamento	3.204.696,60	64.451,20
Total	28.283.956,56	8.112.112,58

9 Teste Impairment

Conforme CPC 01 (R1) e CFC NBC TG 1292/10, a entidade efetuou o teste de recuperabilidade dos ativos para possível desvalorização do valor dos bens pertencentes ao ativo imobilizado, e

por estarem registrados pelo valor justo. Concluiu-se que não é necessária a constituição da provisão para desvalorização dos mesmos.

10 Fornecedores

Política contábil- As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Sendo composto saldos a pagar referente aos contratos da Prefeitura de Ribeirão Pires, Hospital de Urgências de Trindade, Policlínica de Posse, Policlínica de Goianésia, Hospital Estadual de Jaraguá e Policlínica de Quirinópolis.

	2021	2020
Fornecedores	10.486.504,83	2.974.428,49
Total	10.486.504,83	2.974.428,49

11 Obrigações sociais e trabalhistas

Política contábil- Refere-se a obrigações de curto e longo prazo, com colaboradores e/funcionários reconhecidas pelo regime de competência em relação aos serviços prestados para a empresa, acrescidos dos encargos e contribuições correspondentes. A contrapartida está na rubrica de custos quando os profissionais estão atrelados ao processo produtivo e como despesas administrativas e/ou comerciais dependendo da alocação dos profissionais.

Sendo aqui representado por valores compostos por obrigações trabalhistas, sociais e provisões pelos contratos da Prefeitura de Ribeirão Pires, Hospital de Urgências de Trindade, Policlínica de Posse, Policlínica de Goianésia, Hospital Estadual de Jaraguá e Policlínica de Quirinópolis.

Os valores de passivo contingente referente as ações judiciais conforme ofício circular nº 1375/2021 – SES, ações com processo provável provisionado o valor de R\$582.031,09, ações com processo possível no valor de R\$1.320.000,00.

	2021	2020
Obrigações trabalhistas	1.428.849,83	255.023,53
Obrigações sociais a recolher	450.160,20	122.818,78
Provisões trabalhistas	2.123.207,62	223.023,83
Total	4.002.217,65	600.866,14

12 Obrigações tributárias

Política contábil: São registrados nessa rubrica os tributos a pagar pela entidade, sendo somente tributos retido na fonte, possuindo saldos dos contratos da Prefeitura de Ribeirão Pires, Hospital de Urgências de Trindade, Policlínica de Posse, Policlínica de Goianésia, Hospital Estadual de Jaraguá e Policlínica de Quirinópolis.

	2021	2020
Obrigações fiscais	232.531,67	271.314,21
Total	232.531,67	271.314,21

13 Contas a pagar

Composta de auto de infração impetrados pelo ministério do trabalho, compondo colaboradores tanto do contrato da Prefeitura de Ribeirão Pires e Hospital de Urgência de Trindade e custas cartoriais do contrato do Hospital de Urgência de Trindade.

	2021	2020
Auto de infração	26.201,29	35.676,90
Custas Cartoriais	16.215,02	27.714,57
Total	42.416,31	63.391,47

14 Patrimônio social

O Patrimônio social corresponde ao superávit e/ou déficits acumulados desde a constituição do Instituto.

15 Resultado

a. Receitas

O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas Gestão de Saúde são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato – valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluam e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os ativos e passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.

b. Custo dos materiais e serviços

	2021	2020
Custo com pessoal	11.820.605,53	614.999,15
Custo com materiais e serviços	51.464.478,36	2.142.360,24
Total	63.285.083,89	2.757.359,39

c. Despesas administrativas e gerais

2021	2020
------	------

Despesas de pessoal e encargos	2.226.426,58	145.098,03
Aluguéis	1.504.157,27	35.872,85
Despesas de apoio administrativo	986.583,72	78.303,50
Manutenções e reparos	4.506.638,08	170.194,16
Serviços terceiros contratados	6.034.480,35	738.393,99
Rateio despesas administrativas	928.387,88	0
Despesas bancárias	179.753,02	9.121,95
—		
Total	16.186.673,88	1.167.862,53

d. Resultado financeiro

Receita financeira

	2021	2020
Descontos obtidos	1.373,11	0
Rendimentos de aplicações financeiras	388.912,94	533,46
Total	390.286,05	533,46

Despesas financeiras

	2021	2020
Despesas tributárias	13.815,90	0
Total	13.815,90	0

16 Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que tem autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da entidade e membros da família de tais pessoas.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da entidade, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, tais valores são representados pelo adiantamento.

Jeziel Barbosa Ferreira
Presidente

Welliton Felipe da Silva Alves
Diretor financeiro

Daniel Soares de Faria
Contador CRC 24184/GO